

Memória paulistana: Triângulo Histórico e Largo do Arouche

Fabiana de Almeida Costa, Marina Legaspe, Luciana Orellano Fernandes, Pedro Medeiros

Orientação: Profa. Dra. Marianna Boghosian Al Assal (Escola da Cidade)

Pesquisa: Memória Paulistana, convênio Departamento de Patrimônio Histórico (DPH/SMC-SP) e Associação Escola da Cidade, 2020-21

Esta é uma pesquisa de caráter aplicado, realizada no âmbito do convênio entre o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria Municipal de Cultura e a Associação Escola da Cidade Arquitetura e Urbanismo. Seu desenvolvimento foi dedicado ao mapeamento de espaços de memória na cidade de São Paulo inserido no projeto Memória Paulistana do DPH, a partir de dois recortes na região central de São Paulo: o Triângulo Histórico e a área do Largo do Arouche. Por meio da investigação de diferentes camadas históricas, o trabalho

busca documentar e espacializar memórias que sofrem apagamento pelos processos sociais e urbanos, tornando-as elementos ativos no cotidiano. Para isso, a pesquisa se propõe a identificar os sujeitos que ocupam (ou ocuparam) esses espaços, bem como as narrativas que compõem o imaginário e a história paulistana. Assim, para a compreensão desses lugares e dinâmicas, foram trabalhados os conceitos de memória individual e coletiva, apagamento e esquecimento, identificação e produção de valores, documentação e registro.

Palavras-chave: memória; invisibilidade; lugar de memória.

Memória Paulistana: Historical Triangle and Largo do Arouche

This is an applied research, carried out within the scope of the agreement between the Department of Historical Heritage (DPH) of the Municipal Secretariat of Culture and the Associação Escola da Cidade Arquitetura e Urbanismo. Its development was dedicated to the mapping of places of memory in the city of São Paulo, inserted in the DPH Paulistana Memory (*Memória Paulistana*) project, based on two segments in the central region of São Paulo: the Historical Triangle and the Largo do Arouche areas. Through the investigation of different historical layers, the work seeks to document and spatialize memories that are erased by social and urban processes, making them active elements in everyday life. For this, the research proposes to identify the subjects who occupy (or occupied) these spaces as well as the narratives that make up the imagination and history of São Paulo. Thus, in order to understand these places and dynamics, we have worked with concepts of individual and collective memory, erasure and forgetting, identification and production of values, documentation, and registration.

Keywords: memory; invisibility; place of memory.

Memoria paulistana: Triangulo Histórico y Largo do Arouche

Esta investigación fue realizada por medio del convenio entre el Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) de la Secretaria Municipal de Cultura y la Associação Escola da Cidade Arquitetura e Urbanismo. Su desarrollo está dedicado al mapeo de los espacios de memoria en la ciudad de São Paulo insertados en el proyecto Memoria Paulistana del DPH, a partir de dos recortes: del Triângulo Histórico y la região del Largo do Arouche. A través de la investigación de las diferentes capas históricas, este trabajo pretende documentar y espacializar las memorias borradas por procesos sociales y urbanos, convirtiéndolas en elementos activos en la cotidianidad. Para este fin, la investigación propone identificar los sujetos que ocupan (o ocuparon) estos espacios, como también las disputas por narrativas que componen el imaginario y la historia de São Paulo. Así, para comprender estos lugares y dinámicas, se han utilizado los conceptos de memoria individual y colectiva, borrado y olvidado, identificación y producción de valores, documentación y registro.

Palabras clave: memoria; invisibilidad; lugar de memoria.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida no âmbito do convênio entre o Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (DPH) e a Associação Escola da Cidade, que ao contribuir com a formulação de conteúdo para o Projeto Inventário Memória Paulistana, é também um esforço de revisão e reelaboração das narrativas que compõem a compreensão da história da cidade de São Paulo. Para isso, foram eleitos, em conjunto com a equipe do DPH envolvida no projeto, dois recortes territoriais específicos: um referente ao Triângulo Histórico e outro ao Largo do Arouche. Estes dois funcionam em contraponto: enquanto o primeiro serve à análise, a partir de narrativas históricas consolidadas, das memórias apagadas e esquecidas de um passado ligado ao período de formação da cidade e da identidade paulistana, o segundo faz com que seja possível retomar a história a fim de entender como o processo de disputa narrativa ocorre no presente, lidando com memórias vivas, revelando assim um aspecto cíclico e repetitivo da contínua dialética do promover e apagar.

A retomada de certas memórias difíceis abordadas pela pesquisa nos recortes definidos se dá a partir da proposição do Inventário Participativo Memória Paulistana, e tem foco na identificação de lugares referenciais para a memória dos diversos grupos sociais da cidade, independentemente da continuidade da prática ou da existência no presente do imóvel que se constituiu como referência. A identificação é feita através de placas azuis de 35 cm de diâmetro fixadas por toda cidade, que enquanto matéria ou documento simbolizam uma memória espacializada. O inventário participativo funciona de forma coletiva e é a parte central do projeto, justamente por contemplar possíveis narrativas da construção da cidade.

Recuperando conceitualmente as distâncias e aproximações entre história e memória, bem como suas espacializações, buscou-se recuperar camadas das tantas e diversas, complexas e contraditórias memórias paulistanas. Para isso, entendemos que discutir memória é

falar sobre as identidades individuais e/ou coletivas, sendo que a esfera da coletividade envolve “diferenças culturais” complexas, que causam tensões sociais justamente pela busca de contenção dessas mesmas diferenças (MENESES, 2012).

Tomamos como pressuposto que a história é um conjunto de memórias que para se afirmar precisa negar diversas outras, em uma dialética entre lembrar e esquecer, criando um discurso histórico a partir do distanciamento e mediação de um fato. Assim, trabalhamos a patrimonialização como uma expressão da história que garante uma certa “proteção” contra o esquecimento. Essa proteção trabalha como uma garantia da ação de rememorar e também como uma expressão dos valores que a sociedade, grupos sociais e indivíduos consideram relevantes.

É justamente uma visão plural e relativista de memórias possíveis, imprescindível para nos aproximarmos de forma mais democrática ou diversa do passado (GORELIK, 2011). Porém, seu limite se encontra na definição de quais são os valores ou sentidos a serem fixados coletivamente, e é a tensão entre história (tempo) e memória (permanência) que nos obriga cada vez mais a repensar a definição desses valores (GORELIK, 2011).

Com isso, aprofundamos um entendimento da história como procedimento a partir do qual parte da sociedade, em um determinado momento, decide o que é importante em seu passado — decisão que não é pacífica e não deve ser monopolizada ou tida como legítima ou verdadeira (GORELIK, 2011). É a partir dessas definições que memória e história se diferenciam.

Todas as aproximações históricas e científicas da memória, sejam elas dirigidas a da nação ou a das mentalidades sociais, tinham a ver [...] com as próprias coisas cuja realidade em sua maior vivacidade elas se esforçavam por apreender.¹ Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não têm referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou histórica; ao contrário. Mas o que os

faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade; e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. [...] Esses objetos só são apreensíveis na empiria a mais imediata, mas o mecanismo, a trama está em outro lugar, inapto para se exprimir nas categorias da história tradicional. (NORA, 1993, p.27).

Ou seja, a história é uma construção linear de memórias escolhidas, modificadas e apagadas, enquanto a memória é uma dimensão social que tem capacidade de metamorfose, de buscar ou ressaltar novos significados dentro de suas ramificações. Essa diferenciação foi necessária para entender o significado de lugar de memória e de lugar de história. Pois quando a cristalização de um espaço é justificada por uma vontade de memória de certo grupo social, será um lugar de memória (NORA, 1993). Mas, quando esse princípio é abandonado, ele aparece como um lugar de história pois torna-se suscetível à admissão na categoria que todo objeto é digno de uma lembrança (NORA, 1993).

Tais questões ficam evidentes quando trabalhadas tanto no recorte do Triângulo Histórico quanto no recorte do Arouche: o primeiro é altamente reconhecido na história da cidade de São Paulo, sendo conceituado a partir do foi definido como "primeiras" ocupações na cidade, com diversos pontos históricos, patrimônios e monumentos, que não abordam a história desse espaço antes da ocupação colonial; já por outro lado, o segundo corresponde a diversas memórias da comunidade LGBTQ+, que não possuem reconhecimento histórico e patrimonial de forma ampla na sociedade e no Estado.

Investigar esses recortes territoriais e tais temáticas é também questionar quais são os valores que caracterizam um espaço como local de memória reconhecido institucionalmente, a partir do entendimento da ação patrimonial que possui um caráter duplo, de lembrar e de esquecer. São as lutas do passado e do presente que funcionam como exemplos de como a memória e a história muitas vezes não andam juntas, mas que

conflituam a partir de interesses sociais, econômicos e políticos.

Aqui está, pois, o coração de nosso problema: falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas etc. — e, em suma, seus valores. (MENESES, 2012, p.32).

A pesquisa procurou, portanto, uma contranarrativa que busca interrogar narrativas consolidadas, evidenciando outras possíveis e fundamentais a serem destacadas — introduzir a dúvida entre a "árvore da memória e a casca da história" (NORA, 1993, p.10). Nossa intenção é abrir espaço para questionar sob um olhar atual a memória coletiva que foi construída e imposta por alguns como mecanismo de poder, que abrange esferas sociais, políticas e econômicas de São Paulo. Contudo, compreender esse contexto não diz respeito a ter uma visão maniqueísta sobre o lado bom e mau da construção dessas narrativas, e sim, a compreender as incessantes disputas no campo patrimonial, reforçando a inexistência de uma memória única e universal.

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p.426).

Esses mecanismos, citados por Le Goff, aqui se fazem presentes em dois momentos diferentes, e produzem esquecimentos intencionais sobre corpos que não fazem parte do ideário de nação. Então, faz parte

do objetivo dessa pesquisa identificar parte das memórias de alguns grupos sociais (indígenas, negros e da comunidade LGBTQ+) que foram e estão submetidos a uma memória coletiva excludente, apresentada hierarquicamente como organizadora do poder instituído dentro da sociedade.

[...] é preciso falarmos igualmente da privação dos atores do seu poder originário, o de narrarem-se eles próprios. É difícil destrinçar a responsabilidade pessoal dos atores individuais, das pressões sociais que trabalham subterraneamente a memória coletiva. Essa privação é responsável por essa mistura de abuso de memória e abuso de esquecimento que nos levaram a falar de demasiada memória aqui e demasiado esquecimento ali. É responsabilidade do cidadão guardar um justo equilíbrio entre esses dois excessos. (RICOEUR, 2003, p.7).

2. MEMÓRIA PAULISTANA

O projeto Memória Paulistana desenvolvido pelo DPH está inserido nas diversas proposições de incentivo à participação popular na valorização de bens culturais e na resignificação dos espaços, processos históricos e relevância na formação da cidade de São Paulo. A partir de eventos como a Jornada de Patrimônio foi possível identificar alguns desses lugares, de onde surgiu a necessidade de uma nova forma de reconhecimento patrimonial, além dos instrumentos existentes, já que "não se trataria de preservar uma materialidade, mas sim do reconhecimento da importância de certas representações da cidade, ligadas à fato ocorrido no local" (SMC/DPH-NIT, 2019, p.1).

O Núcleo de Identificação e Tombamento (NIT) do Departamento de Patrimônio Histórico foi o órgão responsável pelo aprofundamento em bases teóricas para iniciar um primeiro levantamento dos lugares de interesse do projeto, traçando roteiros e temáticas iniciais. Teve como base políticas públicas similares que já foram instauradas em outras cidades, como Londres e Rio de Janeiro, na qual o emplacamento² foi um recurso utilizado

como reconhecimento de referências culturais, com o objetivo de incentivar a permanência de tal referência na sociedade.

Com base nessa diversidade de lugares identificados, usou-se no piloto uma tentativa de classificação temática como recurso para buscar contemplar a pluralidade das referências culturais e locais a serem sinalizados. Apesar de não ter sido conclusiva, considerou conceitos como memórias difíceis e questões de representação (que englobariam questões de gênero, raça, minorias, ou relacionados a violações dos direitos humanos); historiografia tradicional (envolvendo lugares relacionados à Revolução de 1932, por exemplo); e linguagens artísticas (envolvendo teatro, dança, cinema etc.). (SMC/DPH-NIT, 2019, p.6).

Os estudos do DPH sobre o projeto Memória Paulistana consideram o inventário participativo como uma etapa essencial para identificação de lugares de memória na materialidade de placas, diferenciando essas ferramentas de outras já existentes no campo da preservação patrimonial. O inventário, além de listar, determina uma metodologia responsável pelo conhecimento e desenvolvimento da salvaguarda das referências especificadas. No entanto, é a sistematização a partir da participação da sociedade que permite a leitura sobre os lugares de memória como parte da construção de narrativas da cidade.

Nesse momento é importante destacar duas características principais do projeto Memória Paulistana: o reconhecimento de uma certa definição de cultura e o papel do Estado com políticas públicas de patrimonialização. A primeira diz respeito ao entendimento de referências culturais como um diverso e amplo campo de consideração popular. Ao longo da pesquisa, o conceito de memória foi tratado como um quadro em disputa, no entanto, é importante frisar como essa visão/esse posicionamento esbarra no posicionamento de cultura enquanto sua própria esfera de conflitos de interesses sociais.

O direito à diversidade cultural é assegurado pela Constituição Brasileira de 1988, e mesmo assim, o conflito pela hegemonização da cultura, com base em uma cultura de sujeitos dominantes na

sociedade, é constante. O reconhecimento dessa diversidade por parte do governo federal é essencial para a autonomia de estados e cidades em desenvolver suas próprias políticas públicas que visam à valorização de culturas regionais, que não recebem atenção em um contexto nacional cultural. Essa valorização é de caráter afirmativo e de resguardo por parte do poder público frente a iniciativas sociais. Reconhecer a existência de uma pluralidade de narrativas sobre o espaço é reconhecer a construção e presença de diferentes culturas na formação da sociedade.

Além disso, compreender os lugares de memória como parte de políticas públicas significa reconhecer a responsabilidade do poder público na salvaguarda de referências culturais na sociedade, de forma necessariamente diversa, de acordo com a regionalidade. Ao tratar de lugares representativos para a historiografia tradicional, o reconhecimento patrimonial por instituições públicas, em geral, é o reforço dessa narrativa predominante. O recorte do Triângulo Histórico reconhece outras narrativas que existem próximas ou em lugares que já recebem o título de tombamento pela sua posição histórica. Já o recorte de pesquisa do Largo do Arouche, por sua vez, busca levantar essa narrativa da atualidade e consolidá-la pelo reconhecimento institucional.

Dessa forma, o projeto do DPH Inventário Participativo Memória Paulistana surge como um novo instrumento das políticas de patrimônio, permitindo a formação de um inventário de forma participativa, que contorna os meios tradicionais de reconhecimento e salvaguarda de referências culturais, como é o caso do tombamento.

O emplacamento, ou seja, identificações visuais desses lugares de memórias, vai além da legislação de um lugar, pela sua materialidade; a placa tem um sentido de territorialização da memória parte do conjunto de narrativas que constrói a cidade de São Paulo (FIG.1).

Portanto, propomos a regulamentação do Inventário Participativo Memória Paulistana, que consiste na identificação e seleção de narrativas que constituem referências culturais na cidade e na sua visibilização por meio de suporte material

(placas), para a salvaguarda da sua diversidade [...] (SMC/DPH-NIT, 2019, p.25).

3. RECORTE TRIÂNGULO HISTÓRICO: PAISAGEM NATURAL E PRIMEIRAS OCUPAÇÕES

Esse recorte procura lidar com a memória de grupos sociais que sofreram e sofrem até hoje processos de apagamento histórico na ocupação da região central de São Paulo. Optamos por realizar um estudo pelas memórias em conflito com a historiografia tradicional desses locais, propondo ressignificá-los por meio de uma análise crítica para entender as significações que ele recebeu ao longo do tempo.

Quando tratamos a história linearmente, fazemos uma construção única e "verdadeira" que não abre espaço para questionamentos. Mas tratar a história como cíclica, significa que é possível questionar as interpretações, de forma que se torna um canal de reapropriação do passado histórico tal como nos é narrado pelos relatos históricos. (RICOEUR, 2003, p.2).

A noção de que possa haver certas pluralidades na linearidade da história passa a ser o mote para esse recorte. Entender que os lugares de história são conformados e narrados de modo que ofuscam os diversos lugares de memória que, conseqüentemente, deixam de existir ao dar espaço para a escrita da história.

Desde a ocupação inicial até o século XIX, São Paulo se concentrava na região do Triângulo Histórico e sua área representava quase a totalidade da cidade e reunia uma gama variada de populações e funções, entre elas, institucionais, administrativas, comerciais e financeiras. Foi ali que se concentrou o núcleo central de um território urbanizado em contínua expansão, que teve seus usos e ocupação alterados pelo poder público e agentes privados, e, somente após a chegada da ferrovia entre 1895 e 1900, que essa área foi alargada (CARMONA, 2007).

O centro altamente patrimonializado da cidade de São Paulo demonstra uma tentativa de consolidar uma determinada narrativa que elimina a possibilidade de apresentar a região como um lugar

Mapa de Legislações Patrimoniais no Triângulo Histórico

- triângulo histórico
- selo de valor cultural
- bem registrado
- edificações
- bem tombado / área envoltória

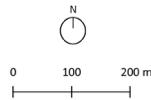


FIG. 1:

Mapa das Legislações Patrimoniais no Eixo Triângulo Histórico.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas camadas shapefile disponíveis para download no Geosampa em: geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_sbc.aspx. Acesso em: jul. 2021.

diverso, no qual populações distintas foram agentes de transformação e produção desse território (FIG.2). Sendo que os aprendizados desses grupos marginalizados foram absorvidos e praticados pelos colonos como autênticos.

O planalto do Inhabussu ("aquele que se vê ao longe") ou Campos de Piratininga reunia uma série de fatores considerados essenciais para a instalação europeia: historicamente "era uma verdadeira destinação física que abrigava numerosas aldeias e tinha o papel de condensador demográfico" (PRADO JÚNIOR, 1998, p.14), uma área descampada que reunia fatores de ordem física ligados à proteção, mobilidade, abastecimento de água e peixes.

Ocupando o alto de uma colina com escarpas abruptas e acessíveis por um único lado, garantia uma posição

estratégica contra inimigos. Era divisor de dois rios, o Anhangabaú e o Tamanduateí, que garantiam uma maior fertilidade de terras, abundância de água e facilidade de obtenção do peixe, gênero de grande importância na alimentação da época. O clima era favorável ao gosto dos europeus, sendo um local onde estavam estabelecidas diversas aldeias indígenas, o que atendia aos interesses dos europeus: disponibilidade de mão de obra escrava indígena, primeiro alvo da escravidão brasileira, sendo mais tarde o negro africano (PRADO JÚNIOR, 1998).

Fora esses aspectos, São Paulo se encontrava em posição privilegiada, pois oferece maior facilidade de acesso em um litoral onde a Serra do Mar atuava como uma verdadeira muralha contínua. "Tais são os motivos que fazem dessa passagem, já muito antes da vinda dos portugueses, um

caminho predileto dos índios. A colonização europeia não fez mais do que aproveitá-lo" (PRADO JÚNIOR, 1998, p.13).

Entre esses caminhos, estavam o que os indígenas chamavam de "estradas que andam": os rios. Dentre estes, o mais relevante é o Tietê, por ser o único rio da região que adentrava o país. O centro tinha um acesso privilegiado ao Tietê pelo rio Tamanduateí, que podia ser navegado por canoas (KOK, 2009, p.100). Apesar de não serem rios muito favoráveis à navegação, eram a melhor e mais utilizada via de comunicação, enquanto os Campos de Piratininga eram o centro natural do sistema hidrográfico da região (PRADO JÚNIOR, 1998, p.20). E destaca-se que a ocupação paulista se dá sempre de encontro aos caminhos primitivos indígenas (PRADO JÚNIOR, 1998, p.26), que tinham traçados que privilegiavam a relação da geografia com a ocupação.

Essa análise, que relaciona geográfica e ocupação com aspectos de ordem social, nos é imprescindível para analisar e compreender os interesses na apropriação de espaços/localidades dentro da cidade. Alguns exemplos podem elucidar essa ideia de sobreposição na paisagem natural: uma ponte indígena que se torna o cerne responsável pelo desenvolvimento da cidade de São Paulo e portão de entrada da cidade (Ponte Grande); o polo intelectual que se consolida no Largo São Bento, mas que também traz uma memória religiosa proveniente dos colonizadores, na memória de um Cacique que definiu as bases para a ocupação portuguesa (Tibiriçá), e o largo onde escravos indígenas e negros eram enforcados, que antes de ser o bairro da "Liberdade" era o distrito do "Pelourinho".

Apesar de trabalharmos com as primeiras ocupações, é importante notar que a chegada da modernidade em São Paulo não irá produzir nenhuma mudança significativa ou reparadora na forma como os grupos negros e indígenas eram vistos e entendidos até então. Mas a cidade sofreria diversos "melhoramentos" que visavam à diversidade de usos e moradores existentes por meio de políticas de "saneamento" e remodelação, retirando da área central os usos e habitantes "indesejáveis", cortiços, operários, casebres e prostituição, personificados em corpos negros ora pelo

imaginário das classes dominantes ora literalmente, já que essas populações foram sistematicamente colocadas às margens da sociedade vigente.

É com a abertura da Avenida Paulista (1891), a construção do Viaduto do Chá (1892), a nova estação de São Paulo Railway (1901), a Estação da Luz e o Teatro Municipal (1911), que essa região vai se estabelecer como local de progresso, melhoramento e cultura (CARMONA, 2007). Logo, é no espaço do centro da cidade que ocorrerão sistemáticas e complexas intervenções urbanas históricas para o desenvolvimento de uma memória coletiva da cidade de São Paulo. Atualmente, essa área tem uma intensa patrimonialização, com o maior número de edifícios tombados da cidade – "910 edifícios numa área de 4,4 km², que é a área dos distritos municipais da Sé e República" (CARMONA, 2007, p.136). Trata-se de uma área "praticamente congelada, pois todos os imóveis estão tombados, protegidos ou na área envoltória de bens tombados" (CARMONA, 2007, p.155). E, apesar de ser praticamente congelada, isso não significa que possa ser resignificada e repensada nas lógicas memoriais da cidade.

Toda essa carga de importância geográfica, hidrográfica, cultural e social do centro, o torna um dos mais disputados locais da cidade de São Paulo. Visto que abrange identidade e identificação paulista, seja como ponto inicial de colonização ou de reconhecimento econômico. Enfim, esse é o cerne de uma memória que sofreu um forte abuso de esquecimento para a criação de uma memória viável do passado. Essa memória não é uma inverdade, mas constitui exageros, escolhas, e conseqüentemente, apagamentos.

Por fim, como a intenção da pesquisa era definir e locar placas de lugares de memória numa espécie de trajeto, os locais escolhidos para as placas ajudaram a determinar uma zona que pudesse sugerir possíveis roteiros dentro do Inventário Memória Paulistana (FIG.3). Propomos um passeio de maneira livre, que percorre lugares significativos para a vivência de populações oprimidas nos primórdios da cidade: como pontos de sociabilidade para essas populações, relacionados à

Mapa de Emplacamento dos Lugares de Memória no Eixo Triângulo Histórico

- 1 - Ponte Grande (atual Ponte das Bandeiras)
- 2 - Residência Tibiriçá
- 3 - Chafariz São Francisco
- 4 - Chafariz da Misericórdia
- 5 - Descida das Lavadeiras
- 6 - Pelourinho
- 7 - Morro da Forca

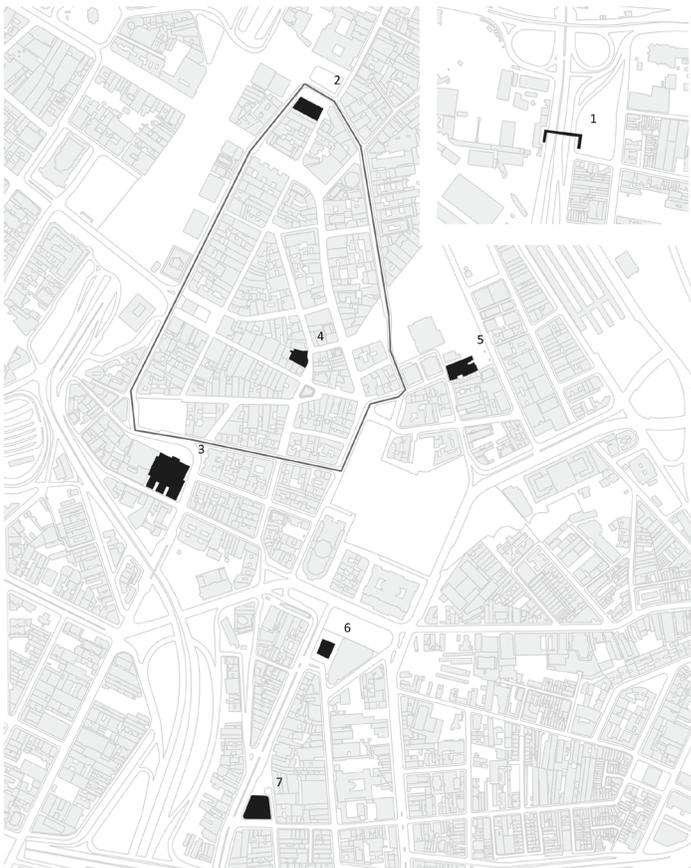
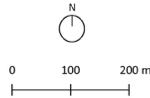


FIG. 2:

Mapa das placas desenvolvidas a partir da pesquisa de locais de memória do Eixo Triângulo Histórico.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas camadas shapefile disponíveis para download no Geosampa em: geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: jul. 2021.

democratização da água (como fontes, chafarizes e bicas), local de trabalho e acesso pelos e para os rios (Ponte Grande e Descida das Lavadeiras) e espaços que institucionalizaram o poder da Coroa Portuguesa e a criminalização e punição de criminosos e das populações negras e indígenas (Pelourinho e Morro da Forca).

É importante dizer que muito foi modificado desde o processo de colonização e formação da cidade de São Paulo, e os lugares que trabalhamos, muitas vezes, não possuem vestígios materiais. Por isso, em algumas ocasiões posicionamos as placas em um lugar estratégico ou de destaque dentro de uma região, não tendo a posição exata — que muitas vezes é até difícil de identificar.

No final propusemos colocar nas placas um breve texto de identificação e memória

desses locais, acompanhados de uma explicação didática — já que o DPH tinha uma proposta de criar um aplicativo, que poderia ser acessado a partir de um QR Code presente nas placas. A intenção desses textos explicativos era de possibilitar um aprofundamento sobre esses lugares. A seguir vamos reproduzir trechos dos textos:

1. PONTE GRANDE

É um caminho indígena pré-colonial, adotado pelos colonos. Tem grande importância por transpor o rio Tietê e conectar a Zona Norte com o centro histórico.

A Ponte Grande remete a uma histórica rota indígena, que durante a ocupação colonial se tornou um caminho de saída e entrada da cidade de São Paulo rumo ao norte. Ligava a avenida Tiradentes a Chácara da Ponte Grande, de posse do

Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães. Fora construída por volta de 1860, e quando não mais comportava a crescente demanda de veículos, foi demolida para a construção da Ponte das Bandeiras, inaugurada em 25 de janeiro de 1942.

2. RESIDÊNCIA TIBIRIÇÁ

Local onde residia o cacique Tibiriçá. Ele foi determinante para a formação da Vila São Paulo de Piratininga e instalação dos europeus na região.

O cacique Tibiriçá sugeriu que os portugueses se instalassem na região do Triângulo Histórico. Escolhido por ser uma região extremamente privilegiada, por motivos geográficos, práticos e de subsistência, mas também por estar em uma área mais alta, onde é possível ver possíveis ataques inimigos. Tibiriçá é importante para a formação de São Paulo, por seu conhecimento profundo da região paulista e por estabelecer as primeiras relações entre europeus e indígenas. Por essas trocas culturais e estratégicas dentro das disputas existentes entre os indígenas, os europeus puderam se instalar nessa região.

Tibiriçá viveu na aldeia de Piratininga até sua morte como aliado dos portugueses, sendo sua residência no Largo São Bento. Em 1901, são achadas as suas ossadas na demolição da Igreja de Bom Jesus, remanescente de 1680.

3. CHAFARIZ SÃO FRANCISCO

Chafarizes de uso público tiveram um papel importante na distribuição de água para aqueles que não tinham acesso às beiras dos rios Tietê e Tamanduateí.

Os frades franciscanos possuíam uma fonte dentro do claustro desde 1744. Essa fonte de pedra foi construída pelo mestre de obras chamado Cipriano Funtan. Em 1829, começa um debate na Câmara sobre tornar público o uso da água de chafariz de dentro das cercas das casas. A Academia de Direito estava proporcionando um notável crescimento na população do centro de São Paulo: "os estudantes chegavam acompanhados de suas famílias e escravos, como também pela fixação contínua de toda sorte de comerciantes" (GASPAR, 1970, p.22-23 apud GOUVÊA, 2016, p.84) e a Câmara se via pressionada a tomar uma posição. Os muros da frente são derrubados e a água, que antes servia

apenas os religiosos de São Francisco, passam a servir a crescente população do centro. Por conta de muita reforma e manutenção, além do processo de encanamento das águas, a água foi extinta no Largo São Francisco após a demolição dos chafarizes em 1876.

4. CHAFARIZ DA MISERICÓRDIA

Esse chafariz foi importante para o abastecimento de água democrático dessa região. Abastecido pelas águas do Tamanduateí, foi uma das fontes mais utilizadas e duradouras da cidade. Era comum que proprietários de terra cercassem suas terras para que outros não pudessem chegar em rios, tanques e bicas. Os chafarizes, mesmo que muitas vezes seus dutos eram ao ar livre, era um instrumento de democratizar a água. Foi construído em 1792 pelo arquiteto Joaquim Pinto de Oliveira, conhecido como Tebas. Nascido em Santos, se tornou conhecido por um trabalho minucioso e pela frequência com que foi contratado para obras importantes na cidade. A maior parte delas aconteceram quando ainda era escravo.

5. DESCIDA DAS LAVADEIRAS

Aqui existia passagem para o rio Tamanduateí. Várzea da qual lavadeiras, pescadores e carregadores de água se utilizavam para acessar as águas do rio.

A passagem próxima à propriedade do brigadeiro acontecia pelo beco do Colégio e era muito utilizada como conexão rápida entre a parte alta da cidade e o rio Tamanduateí. A passagem era especialmente muito utilizada por "lavadeiras, pescadores e carregadores de água" (SANT'ANNA, 2007, p.93 apud GOUVÊA, 2016, p.84) quando precisavam acessar as águas do rio. Era um local de sociabilidade entre escravos, pois era um ponto de encontro comum para a tarefa de buscar água.

6. PELOURINHO

Aqui foi instaurado o pelourinho, em funcionamento de 1560/-1586 até 1865.

A Coroa Portuguesa estabelecia seu poder nos territórios conquistados por meio de um pacto político em que transferia às Câmaras coloniais (em suma, aos próprios colonos) o dever e os custos de povoamento e defesa. Desse modo, eles deveriam explorar e ocupar os sertões, livrando-se

TÍTULO DA PLACA	DESCRIÇÃO
1 Ponte Grande	É um caminho indígena pré colonial, adotado pelos colonos. Tem grande importância por transportar o rio Tietê e conectar a Zona Norte com o centro histórico.
2 Residência Tibiriçá	Local onde residia o cacique Tibiriçá. Ele foi determinante para a formação da Vila São Paulo de Piratininga e instalação do europeu na região.
3 Chafariz São Francisco	Chafarizes de uso público tiveram um papel importante na distribuição de água para aqueles que não tinham acesso às beiras dos rios Tietê e Tamanduateí.
4 Chafariz da Misericórdia	Construído em 1792 por Joaquim Pinto de Oliveira, esse chafariz foi importante para o abastecimento de água democrático dessa região.
5 Descida das Lavadeiras	Aqui existia passagem para o rio Tamanduateí. Várzea da qual lavadeiras, pescadores e carregadores de água se utilizavam para acessar as águas do rio.
6 Pelourinho	Aqui foi instaurado o pelourinho desde do século 1560/86 até 1865.
7 Morro da Forca	Local da Forca, sendo para julgamentos e punições. Aqui sofreram escravos negros e indígenas, pobres e criminosos. Funcionou até 1874.

FIG. 3:

Tabela referente às placas do recorte Triângulo Histórico.
Fonte: Elaborado pelos autores.

de populações que lhes eram indesejáveis e consideradas por como "selvagens", construir e conservar as fortificações e remunerar os soldados. Em troca, o rei estabelecia os impostos justos e concedia privilégios e postos honoríficos aos súditos mais fiéis e valorosos. Para que esse pacto que regia as relações entre a metrópole e os colonos funcionasse, era preciso que houvesse instrumentos coercitivos (uma estrutura judiciária) com mecanismos e espaços de comunicação e negociação. Assim, o pelourinho era um marco do poder da Coroa na Colônia.

7. MORRO DO FORCA

Local da forca, onde ocorriam julgamentos e punições. Aqui pereceram escravos negros e indígenas, pobres e criminosos. Funcionou até 1874.

Até meados do século XIX, a atual Praça da Liberdade era conhecida como Morro da Forca. Em meados do século XIX, a forca é desativada e o local tem seu nome mudado, em 1851, para Praça da Liberdade, por sua

ligação com o Chafariz da Liberdade. O nome "Liberdade" é uma homenagem dada pela Câmara Municipal à revolta popular carioca que culminou na queda do governo absolutista de D. Pedro I e seu retorno para Portugal. Assim, a homenagem assinalava a "vocação liberal da elite paulista e o papel-chave que vinha assumindo" na gestão da nova nação. Do chafariz o nome se estendeu à praça, depois à rua e finalmente passou a abranger todo o distrito da Glória.

Por fim, a praça foi recentemente ressignificada como local de memória negra na cidade de São Paulo, por meio, por exemplo, da história de Chaguinhas, que encabeçou um motim e foi preso e condenado à morte. Diz-se que no enforcamento de Chaguinhas a corda se rompeu três vezes seguidas, mesmo após uma tentativa com laço de couro. E apesar de ser executado no chão pelos seus algozes, ele se tornou um mártir. A partir dessa história se desdobraram outras lendas, que resultam na criação da Igreja Santa Cruz dos Enforcados e na Festa da

Santa Cruz dos Enforcados. Com a vinda de imigrantes para o Brasil, essa região teve fortes incentivos do Estado para a ocupação asiática.

4. RECORTE LARGO DO AROUCHE

Enquanto o recorte do Triângulo Histórico propõe uma releitura da narrativa de São Paulo por meio de vestígios espacializados de grupos sociais que sofreram processos de apagamento, o recorte do Arouche pretende lidar sobretudo com memórias difíceis em disputa no momento presente. É importante destacar que nas duas localidades trabalhadas nessa pesquisa, apesar de serem próximas, o contexto urbano se diferencia especialmente no que tange a ocupação e patrimonialização desses espaços. Como contemplado no artigo "Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo", os fenômenos no centro da cidade não se manifestam de maneira homogênea sendo uma região que se compõe "de uma complexa constelação de subespaços abrigando diferentes atividades, ocupantes e dinâmicas sócio-econômica-territoriais" (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004, p.154).

O eixo de estudo do Largo do Arouche se propôs a estudar a área compreendida entre a Avenida São João, Avenida Ipiranga e a Rua Amaral Gurgel, sobreposta pelo Elevado Presidente João Goulart (Minhocão), para entender o contexto em que se deram os processos no Largo do Arouche da segunda metade do século XX até os dias de hoje. Esse recorte trata especificamente das transformações socioespaciais causadas pela movimentação de investimentos públicos e privados, do mercado imobiliário e de obras urbanas que movimentaram a valorização e desvalorização de imóveis na cidade, causando a alteração social do público que ocupa e circula por cada lugar.

Dentro de um panorama das transformações recentes no centro como um todo, torna-se imprescindível olhar para essa região, relacionando o desenvolvimento urbano e os interesses econômicos. A ocupação do centro no início do crescimento de São Paulo proporcionou a construção de marcos referenciais para a memória coletiva da cidade, reconhecidos até hoje.

A sua expansão da cidade, o chamado centro expandido, a partir da década de 1970, se deu a partir de políticas públicas e investimentos privados que possibilitaram a formação de novos polos econômicos, tornando o antigo centro um "nó de articulação de passagem viária" (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004, p.155) e, sobretudo, desocupado pela elite paulistana.

O processo de desvalorização do centro abriu espaço para o abandono de imóveis, parte para a especulação imobiliária e para a ocupação de pessoas de classe mais baixa, alterando o perfil do bairro de elite da metade do século XX. Essas pessoas passaram a ter acesso a um bairro que, apesar de desvalorizado, contava com sistema de transporte e uma proximidade dos lugares que ofereciam oportunidades de emprego.

A retomada de interesse econômico nessa região se deu tanto em âmbito público quanto privado, se iniciando na década de 1990 e seguindo até hoje de forma mais significativa. As ações do mercado imobiliário no centro é um dos fatores que causa o novo processo de mudança do perfil da região, tendo como aliado os projetos da prefeitura (contemplados na proposta Centro Novo de 2017, associada ao escritório de arquitetura Jaime Lerner) e as leis de zoneamento. O Largo do Arouche se assemelha a outros pontos de centro que atualmente são alvos de especulações de projetos de requalificação que pretendem encontrar na região novas oportunidades de investimentos, como é o caso da Luz e do Vale do Anhangabaú. No entanto, o Arouche apresenta um potencial de interesse ainda maior devido a sua localização, que em contraponto ao centro antigo (recorte de pesquisa do Triângulo Histórico) não é uma área de grande patrimonialização. Com isso, além de estar muito próxima a bairros de elite, como Higienópolis e Consolação, essa região confere uma maior disponibilidade de transformação de seus imóveis, sendo uma chave de entrada do mercado imobiliário

[...] é preciso reconhecer que preservar é uma forma de resistência a expropriação generalizada que exercem as forças econômicas nas sociedades como as capitalistas, em

Mapa de Legislações Patrimoniais no Minhocão-Arouche



FIG. 4:

Mapa das Legislações Patrimoniais no Arouche-Minhocão.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas camadas shapefile disponíveis para download no Geosampa em: geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_sbc.aspx. Acesso em: jul. 2021.

que o espaço se reduz a mercadoria e o domínio público da cidade assume o valor da ficção. Nesses termos, ainda, preservar é uma forma de reapropriar-se da cidade. Ao invés, portanto, da preservação conflitar com o desenvolvimento. (MENESES, 1998, p.2).

A região do Largo do Arouche sofreu grandes processos de urbanização desde a década de 1950 e segue como um território que expõe as disputas políticas nos interesses de transformação e consolidação da cidade. Essas mudanças contínuas envolvem conflitos determinados pela forte desigualdade da região central. Na metade do século XX, a área da Consolação era conhecida pelos bares e boates mais

frequentados da noite paulistana. Em contraponto, o Largo do Arouche, um pouco mais próximo de bairros menos valorizados, foi apropriado, ainda no passado, pela ocupação de homossexuais (mesmo sendo de classe média, ainda eram estigmatizados pela elite), estabelecendo uma relação com a Rua Vieira de Carvalho, onde se abriam bares, boates e outros estabelecimentos voltados para o público gay.

O período de ditadura militar no Brasil veio a confirmar que foi no Largo do Arouche que pessoas LGBTQ+ firmaram um lugar de sociabilidade e resistência contra as opressões do regime que hostilizava justamente as minorias. O contexto de repressão corroborou para a imagem de depreciação construída sobre o largo,

Mapa de Emplacamento dos Lugares de Memória no Eixo Minhocão Arouche

- 1 - Teatro de Janela
- 2 - Homo Sapiens
- 3 - Operação Tarântula
- 4 - Bar Queen
- 5 - Caneca de Prata

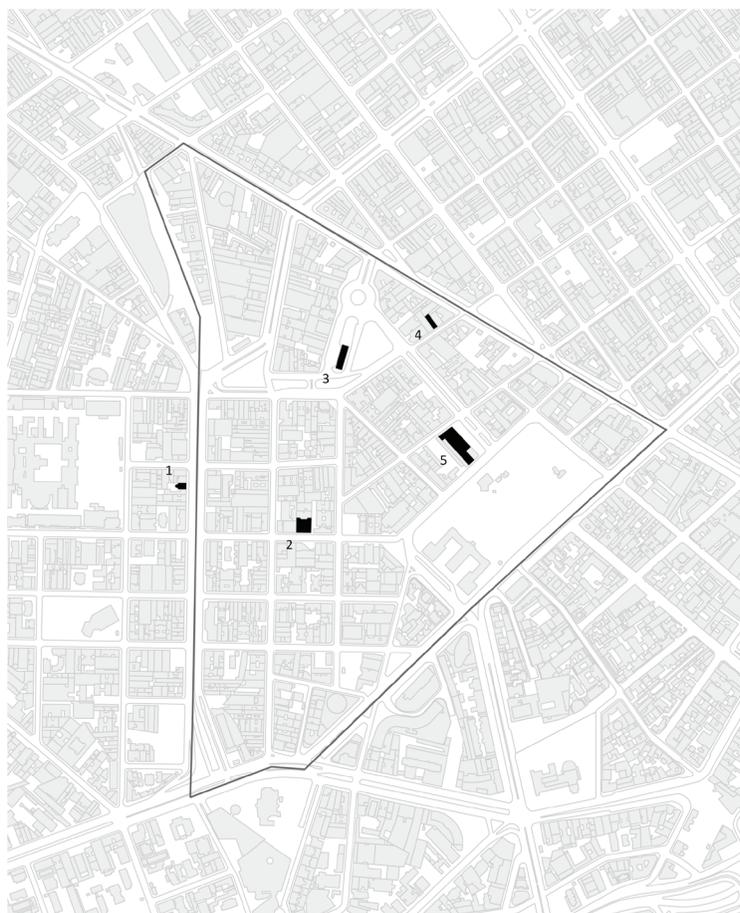
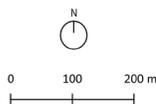


FIG. 5:

Mapa das placas desenvolvidas a partir da pesquisa de locais de memória do Eixo Arouche-Minhocão.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas camadas shapefile disponíveis para download no Geosampa em: geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_sbc.aspx. Acesso em: jul. 2021.

excluindo ainda mais essas pessoas de outras circunstâncias sociais.

A construção do Minhocão, na década de 1970, alavancou um novo momento de transformações para a região, incluindo o Arouche, que é tangenciado pelo viaduto. Foi a construção dessas grandes avenidas que possibilitou a maior ocupação do centro expandido da cidade de São Paulo, como a Avenida Paulista e, depois, mais em direção às marginais dos rios Pinheiros e Tietê. O deslocamento do polo econômico e cultural da cidade resultou na desvalorização do centro, que passou a permitir que pessoas de classe mais pobre ocupassem a região. Além disso, o próprio abandono de investimentos públicos e privados fez com que a imagem abandonada da região fosse

ainda maior, com falta de infraestrutura e manutenção dos equipamentos urbanos.

Nesse contexto, a frequência de homossexuais de classe média deslocou-se para os estabelecimentos da Rua Frei Caneca e da Rua Augusta. O Largo do Arouche permaneceu como um lugar de acolhimento a população LGBTQ+, principalmente de pessoas mais pobres, pessoas trans, em situação de rua e de prostituição.

Outro fator que reforçou essa mudança foram os ataques sofridos pela população LGBTQ+ do Arouche por parte de operações policiais de intenções higienistas (VICENTE, 2015). A operação Richetti, que recebe o nome do delegado responsável pelas ações, e a operação Tarântula ocorreram

AROUCHE

TÍTULO DA PLACA	DESCRIÇÃO
1 Teatro de Janela	Desde 2013, o Grupo Esparrama abre as janelas do edifício da rua Amaral Gurgel e apresenta espetáculos teatrais, reconhecendo como público as crianças e famílias que passam e ocupam o Minhocão
2 Homo Sapiens	Reconhecida como uma das primeiras boates LGBTQ+ da região do Arouche, em funcionamento entre 1978 e 1992, a Homo Sapiens recebeu fama internacional por suas performances de homens gays, drag queens, shows de comédia e outras apresentações.
3 Operação Tarantula	Em 1987, a ação policial, nomeada Operação Tarântula, violou direitos da população LGBTQ+, principalmente, de trans e travestis. O Arouche é, desde a década de 50, ocupado pela comunidade LGBTQ+ com festas, encontros e outros eventos de resistência
4 Bar Queen	Inaugurado em 2001 o bar boate apresenta shows e performances, tornando-se ponto de referência para a formação de figuras representativas da comunidade drag queen. Sendo reconhecido como um lugar de resistência LGBTQ+ na região do Arouche
5 Caneca de Prata	Reconhecido como o primeiro bar gay da região, aberto em 1965, compoando o circuito de estabelecimentos frequentados pela comunidade LGBTQ+.

FIG. 6:

Tabela referente às placas do recorte Arouche-Minhocão.

Fonte: Elaborado pelos autores.

na década de 1980 com o intuito de perseguir, majoritariamente, pessoas trans e prostitutas com violência extrema, resultando em muitas prisões e até mortes.

Mesmo nessa condição, a população LGBTQ+ mais vulnerável continuou a identificar o Largo do Arouche como um espaço de resistência. Atualmente, o largo e seu entorno acolhem esse público, que, muitas vezes, se desloca das regiões mais periféricas da cidade para passar o fim de semana nas atividades e encontros do Arouche. Os estabelecimentos respondem às demandas do público LGBTQ+ de classes populares e que destoam de padrões da cultura LGBTQ+ mais hegemônica.

A situação de vulnerabilidade e marginalização é extrema e, além das violências institucionalizadas e operações policiais, hoje em dia a tentativa de apagamento por parte de sujeitos externos ocorre por outras vias. Os novos projetos para o centro da cidade são as ferramentas que impulsionam a conformação de uma nova estética e, portanto, valorização para o espaço urbano. O interesse no Largo do

Arouche é ainda mais imediato pela sua proximidade com bairros mais ricos de São Paulo. O projeto anunciado na gestão de João Dória seguiu em discussão na prefeitura de Bruno Covas, trazendo várias problemáticas a respeito das disputas colocadas no centro, principalmente no que diz respeito à ocupação e memória, já que o Largo do Arouche é tombado pelo Conpresp e tem processos de tombamento em aberto do Condephaat (FIG.4).

A proposta para o Arouche tem a intenção de transformar o largo em um boulevard francês, o projeto foi desenvolvido pela empresa Egis e assinado pelo escritório de arquitetura franco-brasileiro Triptyque. Todo o processo foi fortemente criticado pelo Coletivo Arouchianos, principalmente pela falta de diálogo. Nessa pesquisa, entramos em contato com esse coletivo buscando entender a recepção do projeto para o largo por parte de quem o frequenta. Esse projeto foi entendido como um processo de deslegitimação dos corpos que já ocupam o Largo do Arouche,

não reconhecendo sua participação na produção do espaço e a importância na vida daqueles que frequentam ali, propondo uma nova ocupação, desvinculada com a do momento presente. A presença LGBTQ+ no Largo do Arouche é reafirmada pelas atividades e conquistas do Coletivo Arouchianos e já foi reconhecida pelo estado, com equipamentos que visam esse público na região. Os bares, boates e saunas são acompanhados do Centro de Referência e Defesa da Diversidade, na Rua Major Sertório, e a primeira Unidade Móvel de Cidadania LGBTQ+, no próprio largo.

As obras do projeto da prefeitura para o Largo do Arouche foram interrompidas e retomadas algumas vezes ao longo de 2019 devido a discussões nos conselhos sobre as políticas de entorno de um bem tombado. O reconhecimento de uma memória no traçado original da praça foi o argumento utilizado para que as instituições repensassem a forma como esse espaço se transformaria e foi o recurso utilizado pela própria sociedade civil para que atrasasse a execução do projeto e houvesse uma interlocução maior entre as partes envolvidas.

Dessa forma, o recurso de tombamento e os direitos que decorrem dele foram o instrumento de luta contra o movimento especulativo sobre o Arouche. O reconhecimento da memória pelas instituições públicas é a trava da disputa do espaço, que é violentamente transformado pelo interesse lucrativo do capital especulativo. Com isso, passa a ser de forte interesse da comunidade LGBTQ+, representada pelo Coletivo Arouchianos, o reconhecimento dessa memória que se territorializa desde a década de 1950, mesmo que sempre marginalizada e invisibilizada.

Essa luta pelo direito de memória tem sido uma das maiores reivindicações da comunidade LGBTQ+ no Arouche. Nesse sentido, o projeto Memória Paulistana se encaixa como uma forma viável e participativa que essa memória poderia ser manifestada pelos próprios usuários do lugar. Dessa forma, recorrer a um lugar de memória também é uma ferramenta de luta e reafirmação de uma narrativa, tornando-se um mecanismo de resistência diante do seu apagamento.

Durante o estudo realizado sobre a região do Arouche, foi de grande importância o contato estabelecido com a frente Arouche da Diversidade. O grupo que composto pelo Instituto Pólis,³ Repep,⁴ o coletivo Arouchianos, sociólogos e instituições de ensino buscam pensar sobre a região do Largo do Arouche, formulando tanto um posicionamento sobre o projeto da prefeitura, quanto a compreensão daquele espaço e possíveis proposições que derivassem de um projeto participativo.

A partir desse olhar foi possível realizar um levantamento de lugares que marcam a celebração de resistência deste local. Para isso foi realizado uma proposta de circuito nessa região Arouche-Minhocão, estabelecendo um percurso que articule a compreensão do contexto de avanço do mercado imobiliário na região central (com a forte presença das disputas sobre o Minhocão) e seguindo para os marcos da ocupação LGBTQ+ no Arouche e proximidades (FIG.5). Assim, reconhecemos as disputas dos espaços, ressaltando o histórico de opressão institucionalizada (como a Operação Tarântula, por exemplo), mas também a fomentação cotidiana de um lugar de segurança, manifestações artísticas e encontro da comunidade LGBTQ+.

Assim como na outra frente, um texto curto acompanha as placas para identificação e explicação didática sobre os lugares, com intuito de explicar um pouco mais sobre esses lugares de memória. A seguir vamos reproduzir trechos dos textos:

1. TEATRO DE JANELA

Desde 2013, o Grupo Esparrama abre as janelas do edifício da Rua Amaral Gurgel e apresenta espetáculos teatrais, reconhecendo como público as crianças e famílias que passam e ocupam o Minhocão.

O Grupo Esparrama é uma companhia de teatro que se formou em 2012 e estreou em 2013, sendo composto por Iarlei Rangel, Rani Guerra, Ligia Campos e Kleber Brianes. Trabalham com a linguagem de palhaço e usam a cidade como palco e cenografia. O grupo atua em um prédio cujas janelas são voltadas para o Minhocão, que, aos domingos, torna-se inteiramente passagem para pedestres. Aproveitando a pouca distância entre as janelas do terceiro andar e o Minhocão (aproximadamente cinco

metros), o grupo passou a fazer espetáculos pelas janelas, usando o asfalto do elevador como plateia, como é o caso dos projetos “Esparrama pela Janela” e “Minhoca na Cabeça”. O grupo atua até os dias de hoje propondo uma experiência diferenciada com a cidade por meio do teatro e lutando por um espaço acessível e democrático para a arte. O trabalho dos atores também é voltado para o público infantil, reconhecendo a importância de diferentes agentes na formação do espaço urbano, principalmente no que diz respeito às recentes propostas de mudanças para o Minhocão.

2. HOMO SAPIENS

Reconhecida como uma das primeiras boates LGBT+ da região do Arouche, em funcionamento entre 1978 e 1992, a Homo Sapiens recebeu fama internacional por suas performances de homens gays, drag queens, shows de comédia e outras apresentações.

Em 1978, surgiu a boate Homo Sapiens, ou HS, na Rua Marquês de Itú. Uma das baladas precursoras da região, apresentava shows de travestis e caricatas, strip-tease de rapazes, concursos de melhor corpo masculino, pocket-peças de teatro e shows de humor. A casa foi fechada em 1992 e hoje o espaço é ocupado por uma outra festa, a ABC Bailão, também proposta para o público LGBT+.

3. OPERAÇÃO TARÂNTULA

Em 1987, a ação policial denominada Operação Tarântula violou direitos da população LGBT+, principalmente, de trans e travestis. O Arouche é, desde a década de 1950, ocupado pela comunidade LGBT+ com festas, encontros e outros eventos de resistência.

Desde a década de 1950, o Largo do Arouche era majoritariamente ocupado pela comunidade LGBT+, tanto por moradores da região quanto por visitantes de outras zonas de São Paulo. O largo se configura como um espaço de resistência a diversas opressões em sua conformação. O espaço tem histórico de recorrente ações higienistas, com o pretexto de erradicar a Aids, resultando em prisões e assassinatos, que intensificaram a violência e a injustiça sobre esses corpos. A ação policial conhecida como Operação Tarântula aconteceu em 1987 e foi um dos maiores casos de violação dos direitos humanos da comunidade LGBT+, principalmente de pessoas trans e travestis. É diante desse

cenário que o Arouche, em seu entorno de bares e boates, resiste, fomentando cotidianamente um espaço de segurança, manifestações artísticas e encontro da comunidade LGBT+. Desde 2016, organiza-se na praça o Coletivo Arouchianos, formado por moradores, frequentadores e trabalhadores LGBTQIAP+ do Largo do Arouche. A luta dessa comunidade busca visibilidade, e com isso, a oficialização de ser um bairro historicamente LGBT+, no âmbito patrimonial, cultural e econômico.

4. BAR QUEEN

Inaugurado em 2001, o bar boate apresenta shows e performances, tornando-se ponto de referência para a formação de figuras representativas da comunidade drag queen. Sendo reconhecido como um lugar de resistência LGBT+ na região do Arouche.

O Bar Queen, inaugurado em 2001, faz parte do circuito de bares LGBT da região do Arouche. A casa noturna, administrada por Maryana Mercury, resiste como ponto de referência nas apresentações de drag queens. Aqui surgiram nomes importantes da comunidade LGBT como Cicete Caroline, Victória Principal, Salete Campari e Silvety Montilla.

5. CANECA DE PRATA

Reconhecido como o primeiro bar gay da região, aberto em 1965, compo o circuito de estabelecimentos frequentados pela comunidade LGBT+.

O Bar Caneca de Prata surgiu em 1965. Sendo um dos primeiros bares da região a ser ocupado pela comunidade LGBT+, virou centro de referência para a movimentação do mesmo público nos comércios ao redor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, inserida no projeto Memória Paulistana, visou aprofundar-se em locais de memória em disputa, na região do Triângulo Histórico e do Largo do Arouche. Tornou-se evidente como a narrativa da cidade se consolidou a partir desses conflitos de memória, dos quais muitas vezes a população mais vulnerável foi deslegitimada e distanciada. Diante desse cenário, o projeto do DPH buscou caminhar na contramão desse movimento, viabilizando a

oficialização e espacialização de narrativas tão importantes para a formação de uma cidade democrática, que permita o encontro de identidades múltiplas, individuais e coletivas. Fundamentada na produção das placas e na criação de trajetos, conteúdos foram formados a partir de articulações participativas, das quais surgiu a vontade de memória, com conversas, discussões, eventos e pesquisas.

Embora a pesquisa realizada trabalhe momentos históricos distintos, a importância do reconhecimento de narrativas diversas aproximou essas duas regiões. O processo de visitar essas memórias mostrou-se um exercício importante quando pensamos em uma cidade tão complexa e desigual quanto São Paulo. Entende-se que o projeto Memória Paulistana não se conforma a uma narrativa única, mesmo quando certos processos sociais e urbanos resultem (ou até intencionam) no apagamento de memórias específicas.

NOTAS

1. Ver no original.
2. A palavra "emplantamento" é usada aqui para expressar o processo de identificação, pesquisa, formulação e materialização das placas dos lugares de memória.
3. O Instituto Pólis tem a cidade como lócus de sua atuação. A defesa do direito à cidade está presente em suas pesquisas, trabalhos de assessoria ou de avaliação de políticas públicas, sempre atuando junto à sociedade civil visando o desenvolvimento local na construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas.
4. Dentro da temática da valorização da memória coletiva e do patrimônio cultural, a rede propõe a articulação das áreas de cultura e educação. A vertente Grupo de Trabalho Baixo Centro, da Repep, elaborou uma metodologia de trabalho a partir do material da Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc) do Iphan para uma aplicação-piloto. Os aspectos ressaltados para elaboração do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural do Minhocão trazem cinco referências culturais para análise do território: celebrações, formas de expressão, saberes, lugares, edificações e objetos, direcionado aos grupos sociais que ocuparam o centro no período da desvalorização imobiliária.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Emanuel Oliveira. Gentrificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro; Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2016. ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao>. Acesso em: mar. 2020.
- CARMONA, Rosely. A política de proteção ao patrimônio histórico no centro de São Paulo depois de 1990. *Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável*, Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez. 2007. Disponível em: <https://patrimonioconservacao.files.wordpress.com/2017/11/carmona-rosely-a-polc3aditica-de-protec3a7c3a3o-ao-patrimc3b4nio-histc3b3rico-no-centro-de-sc3a3o-paulo-depois-de-1990.pdf>. Acesso em: mar. 2023.

GOUVÊA, José Paulo Neves. *A presença e a ausência dos rios em São Paulo: acumulação primitiva e valorização da água*. 2016. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GORELIK, Adrián. La memoria material: ciudad e historia. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, Buenos Aires, n.33, p.181-187, jan./dez. 2011.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p.91-109, jul./dez. 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, n. 21, 1998.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *Anais... I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Coord. Weber Sutti, Brasília, DF: Iphan, 2012.

NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Candido Malta; ROLNIK, Raquel. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In: Empresa Municipal de Urbanização — Emurb. *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: Emurb/Prefeitura de São Paulo, 2004. p.123-158.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: mar. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

REPEP — REDE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. *Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação*. São Paulo: Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, 2019.

RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Conferência "Haunting Memories? History in Europe After Authoritarianism". Budapeste, mar. 2003. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia. Acesso em: mar. 2023.

SMC/DPH-NIT. *Estudo para regulamentação do Inventário Participativo Memória Paulistana*. Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo, 2019.

VICENTE, Tiago Augusto Silva. *Espaço urbano e sexualidade: a territorialização da população LGBT no Largo do Arouche e na Rua Frei Caneca*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TREVISAN, João Silverio. São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti. *O Lâmpião da Esquina*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1980. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/30-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-26-JULHO-1980.pdf>. Acesso em: ago. 2020.

SOBRE OS AUTORES

Marina Legaspe e Pedro Medeiros são arquitetos e urbanistas graduados pela Escola da Cidade, e Fabiana de Almeida Costa e Luciana Orellana são graduandas na mesma instituição.

lucianofernandes@gmail.com
costa.970627@gmail.com
marinalegaspe@hotmail.com
pgp.medeiros@gmail.com